

Sant'Anna prepara ataque

Parlamentarismo é o alvo. Mas ele nega ter feito acordos

JULIO ALCANTARA



Sant'Anna com Sarney: linha de frente contra o parlamentarismo

Ulysses nega complô antiparlamentarista

"Complô? só se eu estiver desconhecendo o sentido das palavras, vou ver no Aurélio". Entre risos, esta foi a reação do presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, diante da denúncia do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) de que ele Ulysses Guimarães, o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, e o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, estariam articulando um complô contra o parlamentarismo, sistema de governo acolhido pelo relator no substitutivo que vai ser apresentado amanhã.

Ulysses Guimarães fez questão de lembrar que sua posição a favor do presidencialismo sempre foi pública, existindo, portanto, uma divergência natural de idéias entre ele e o relator, "o que não é complô nenhum", frisou. Nem a admiração que sente pelo senador parlamentarista Afonso Arinos, presidente da comissão de sistematização, conseguiu fazer Ulysses mudar de opinião sobre o sistema de governo, conforme relatou.

Apontar uma corrente majoritária a favor ou contra o parlamentarismo, no momento, é muito arriscado, na opinião do presidente da Constituinte. Ele acha que, antes de tudo, é preciso definir o tipo de parlamentarismo previsto. E contou que tem conversado com vários colegas parlamentaristas que afirmam preferir o presidencialismo

caso o parlamentarismo previsto no substitutivo não esteja de acordo com o que defendem. A questão, segundo Ulysses, só vai ser esclarecida no plenário. "Não se trata de tentar derrubar nada agora — argumentou — trata-se de dizer sim ou não no plenário".

O presidencialismo defendido por Ulysses Guimarães viria com o fortalecimento do Congresso Nacional. O substitutivo de Cabral já garante um Legislativo mais forte, com suas prerrogativas restabelecidas, de acordo com Ulysses, que elogiou o novo texto — até o momento ainda não totalmente definido — como "muito melhor e mais compactado" que o projeto de Constituição anterior, apresentado também por Cabral.

Mesmo defensor do presidencialismo, o presidente da Constituinte rebateu as críticas de que, adotado o parlamentarismo haveria crise de legitimidade com o primeiro-ministro oriundo do Congresso e um presidente eleito diretamente com mais de 40 milhões de votos. Ulysses observou que o primeiro ministro, no parlamentarismo, representaria a soma dos milhões de votos dados aos representantes do povo no Congresso.

Durante a entrevista que concedeu logo após a solenidade de entrega das medalhas do mérito legionário, no salão leste do Palácio do Planalto, Ulysses Guimarães ratificou sua

posição favorável ao sistema Presidencialista de Governo. "Pelo menos na conjuntura atual, minha convicção é de que o Presidencialismo é o sistema ideal pois através dele teremos um Executivo mais solto e atuante, com melhores condições de atender as reivindicações populares", justificou o Presidente do PMDB:

Hoje ou amanhã, ele tem encontro com o Presidente José Sarney para fazer uma análise do quadro político considerando, fundamentalmente dois aspectos: o Presidencialismo e Parlamentarismo, em função dos constituintes. Na opinião de Ulysses Guimarães, uma possível opção parlamentarista dos constituintes "não configuraria uma traição ao povo:"

— O povo sabia que ao votar no seu candidato estava votando para um representante de uma Constituição livre e soberana, que pode instalar a monarquia, o parlamentarismo ou o Presidencialismo — lembrou o deputado.

Ulysses Guimarães adiantou que, além desse aspecto, a maioria dos candidatos manifestou sua posição sobre o sistema de governo durante a campanha. "Quem tem convicção sobre um assunto dessa relevância não muda mais de posição", assegurou o Presidente da Constituinte ao negar que pudesse haver um trabalho de convencimento contra o parlamentarismo.

"Novo regime não pode ser contra Sarney"

O deputado Luis Henrique, líder do PMDB na Câmara, advertiu, ontem, que não se deve procurar a implantação do parlamentarismo contra o Presidente Sarney e setores políticos da Constituinte. Para que o novo regime tenha êxito é necessário que sua introdução resulte de amplo entendimento das forças políticas com o Governo.

O líder do PMDB acredita que, como resultado dos entendimentos que já se processam entre as lideranças, acabará prevalecendo uma fórmula de parlamentarismo misto. "Seria uma ótima solução de conjuntura e criaria um regime capaz de conferir estabilidade às nossas instituições democráticas", disse.

DESMENTIDO

O líder Luis Henrique conversou demoradamente, ontem, com o relator geral da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, que desmentiu declaração a ele atribuída pela imprensa, segundo a qual estaria se articulando um complô contra a tendência da maioria da Assembleia Nacional Constituinte em favor da implantação do parlamentarismo.

Bernardo Cabral disse a Luis Henrique que apenas se referiu ao fato de que existem pessoas a favor e contra o parlamentarismo, não tendo nunca falado em complô organizado contra o regime de gabinete. O próprio Luis Henrique admite que, "se forcarmos a barra", isto é, se o Governo fizer uma grande mobilização, acabará prevalecendo o presidencialismo.

— Mas, seria uma solução forçada, nunca natural. Se for uma solução forçada vai provocar crises — advertiu Luis Henrique.

O líder do PMDB acredita que a fórmula de negociação deve ser procurada pelas lideranças, sem omitir nenhuma força política, nem o Governo.

Não se trata de complô, mas apenas coincidência de idéias. Esta foi a explicação dada ontem pelo líder do Governo, Carlos Sant'Anna, a respeito da possibilidade de se unir ao líder Mário Covas e ao presidente Ulysses Guimarães contra a forma de parlamentarismo que deverá constar do substitutivo do relator da Constituinte. O líder negou que tenha ao menos conversado com os demais sobre esse assunto, reconhecendo apenas que as declarações deles estão muito próximas quando falam em parlamentarismo.

Foi o relator Bernardo Cabral quem denunciou que eles estavam se unindo contra o parlamentarismo puro nos moldes em que constará do seu substitutivo. Segundo Sant'Anna, realmente ele não concorda com a alteração do texto que foi aprovado na Comissão de Organização dos Poderes, admitindo apenas que deveriam ser feitos aperfeiçoamentos, não alterações radicais.

Para evitar surpresas, desde domingo Sant'Anna vem se reunindo com integrantes da ala moderada do PMDB para preparar emendas capazes de garantir na Constituição a forma de parlamentarismo misto, cuja espinha dorsal consta do texto aprovado na Comissão de Organização dos Poderes. Mas, como faltou esclarecer a quem cabe a chefia do Governo, vão reservá-la ao Presidente da República, que ainda acumulará a chefia do Estado e o comando das Forças Armadas.

Como não conhecem ainda o produto final do trabalho do relator, levantam hipóteses para elaborar as emendas. Sant'Anna não revelou o local das reuniões nem quem participa delas. Mas assinalou que não pode deixar que o trabalho resultante de amplas negociações em algumas comissões temáticas fique perdido.

Todavia, ele manifestou esperança de que o relator volte atrás na idéia de su-

gerir o parlamentarismo puro, nos moldes da emenda apresentada pelo senador Afonso Arinos, porque isso nada tem a ver com a vontade majoritária da constituinte. De qualquer modo, Sant'Anna avisou ontem que mobilizará os moderados para derrubar qualquer coisa que fuja ao texto que batizou de "parlamentarismo possível para um Brasil real".

Lembrou ainda que os governadores de Estado não querem nenhum tipo de parlamentarismo e serão peças importantes nessa fase da Constituinte, porque têm meios de influenciar suas bancadas a favor do presidencialismo. De posse de um parecer emitido no passado, pelo senador Afonso Arinos conta a emenda parlamentarista do então deputado Raul Pilha, o líder governista tenta mostrar que o tema é atual e persistem as razões para a rejeição desse sistema na sua forma mais pura. O País continua federativo, faltam partidos fortes e uma burocracia sólida.

Ainda a respeito de parlamentarismo, disse o líder governista que aceita um sistema misto, com a eleição direta do Presidente da República, mas sem fazê-lo depois uma figura decorativa. Na sua opinião, caso as negociações em torno desta questão fiquem em compasso de espera, as tendências poderão mudar e voltar a prevalecer no meio político a defesa do presidencialismo.

Quanto à reforma agrária, o líder Carlos Sant'Anna continua em dúvida sobre o que pretende de fato o relator. Se for estabelecer que a imissão de posse ocorrerá 90 dias após a desapropriação, prazo em que será pedido o pronunciamento do Judiciário, sem o qual não haverá imissão, o grupo moderado tende a aceitar o texto. Do contrário tentará mudá-lo, porque nessa ala estão as posições conservadoras sobre reforma agrária.

Sarney antevê crises

O presidente da República, José Sarney, disse ontem ao líder do PFL na Constituinte deputado José Lourenço (BA), que não pode aceitar o regime parlamentarista porque é gerador de crises e afirmou sua disposição de lutar pelo presidencialismo, inclusive com a convocação de constituintes a seu Gabinete para tentar mudá-los o voto.

O líder do PDS na Câmara, deputado Bonifácio de Andrada (MG), observou que a pressão do presidente José Sarney será contraproducente porque não meterá medo nos constituintes. Para ele, a fraqueza do Governo e a predominância de um grupo restrito do PFL no Ministério favorecem a tese parlamentarista.

SURPRESA

A deputada Sandra Cavalcanti (RJ), vice-líder do PFL, estranhou ontem as informações de que a maioria do seu Partido é presidencialista. Ela desconhece que tenha sido feito qualquer levantamento em toda a bancada e que tenha sido obtido esse resultado. Pelo que sabe, a bancada está dividida em partes iguais.

Sandra Cavalcanti acha, também, que o Presidente da República está sendo pressionado pelos ministros para se opor ao parlamentarismo como vem fazendo. Lembra que, dos atuais ministros de Estado, apenas um, o senador Jorge Bornhausen, do MEC, tem mandato. No regime de gabinete isso seria impossível de acontecer.

CONFIANÇA

Para José Lourenço derrotar a proposta parlamentarista será muito fácil. O Governo já tem garantidos 300 dos 559 e no mínimo 54 dos 93 que compõem a Comissão de Sistematização.

Governador nega pressão

Porto Alegre — O governador Alvaro Dias disse ontem, em Porto Alegre, que não pressionará os constituintes do PMDB do Paraná sobre questões como a forma de governo e a duração do mandato presidencial, porque "a Constituinte deve ser resultado das aspirações políticas coletivas e não das de setores de um partido". Sobre o mandato do presidente José Sarney, que pelas características de transição defende ser de cinco anos, ele acha que a sua duração depende do sucesso do Plano Bresser.

A questão econômica e social vai se refletir profundamente na Constituinte. E provável que o mandato do presidente Sarney seja de cinco anos, se o plano Bresser for bem. Se não, se frustrar as aspirações populares, é natural que as eleições sejam antecipadas — disse o governador paranaense, que acha ideal para os futuros mandatos presidenciais o prazo de qua-

A tendência será aumentar esse número com as conversas do Presidente da República com os constituintes, reforçadas pelo trabalho que desenvolverá, juntamente com o líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA).

A confiança de Lourenço é de tal forma que não está muito preocupado com a chamada ação dos governadores em favor do presidencialismo. Ao comentar de que o governador da Bahia, Waldyr Pires, estaria a favor do parlamentarismo, observou: "Não tem importância. Ele tem uns dois ou três votos só".

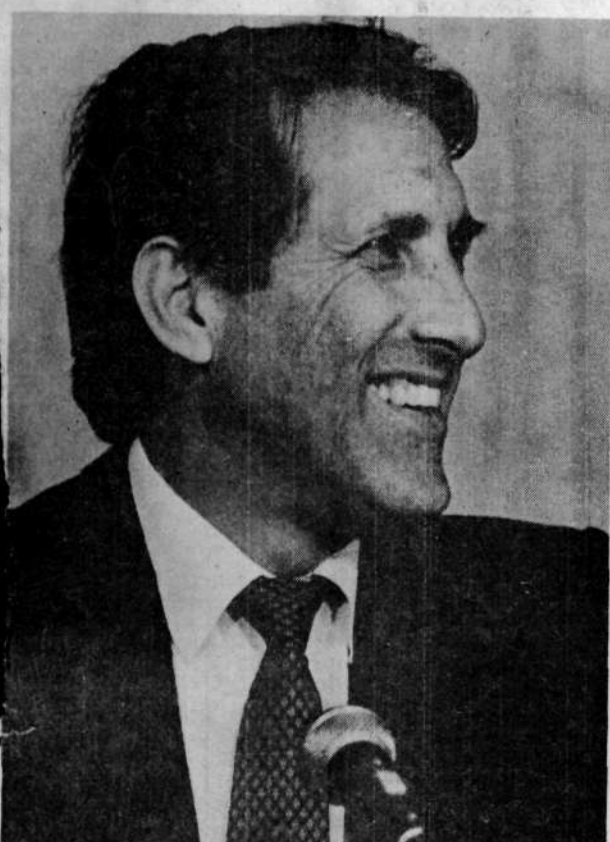
REACÃO

O líder do PDS na Câmara, deputado Bonifácio de Andrada, acha inteiramente ultrapassada a técnica de pressão do Presidente da República anunciada ontem. Além de ser uma interferência direta na Constituinte, quebrando uma tradição, poderá causar uma reação igual, em sentido contrário, dos que são parlamentaristas. Não acredita que o Presidente usará em sua pressão a distribuição de cargos, inclusive porque não terá condições políticas.

O parlamentarismo, na sua opinião, está avançando entre os constituintes, sendo praticamente certa sua aprovação. Em favor da mudança do regime estão ocorrendo quatro fatos: 1) o Governo está sendo dominado por um grupo restrito do PFL, com o resto de fora, e o PMDB sente-se prejudicado; 2) há em todo o País um grande desejo de mudança; 3) o Governo está muito fraco, em todos os sentidos, e sua imagem tende a piorar com as dificuldades econômicas; 4) o fantasma do ex-governador Leonel Brizola está cada vez mais ameaçador.

tro anos, com direito a uma releição. Ele também é a favor do parlamentarismo, "mas para que ele não seja frustrado no final da transição democrática, deve ser precedido de eleições presidenciais, porque não resistiria, na desorganização atual, às turbulências normais deste sistema".

Quanto às afirmações do ministro da Fazenda, Bresser Pereira, de que são justamente as pressões dos governadores e prefeitos contra os cortes no déficit público que colocam em risco o sucesso do seu plano macroeconômico, o governador Alvaro Dias respondeu que "é evidente que sem determinação, o governo não irá cortar o déficit". Porém, ressaltou que "deve ser estabelecida a relação custo-benefício dos investimentos". afirmou que "o déficit público até se justifica quando é investimento que resulta em geração de empregos, receita e renda. O que deve ser combatido é o desperdício".



Quéricia quer fortalecer poder de S. Paulo

Quéricia já pensa em bancada maior

São Paulo — Presidencialista, o governador Orestes Quéricia pretende lutar contra a tendência do Congresso Constituinte aprovar o sistema parlamentarista. Se for derrotado, vai reivindicar o aumento da representação de São Paulo de 60 para mais de 100 deputados federais, em vez dos 80 que vinha pedindo. "Se o poder é do parlamento, você não pode deixar São Paulo sofrer essa discriminação" — queixou-se, argumentando ser inaceitável que o Estado não tenha no Congresso o número de deputados equivalente a sua população.

Hoje, durante a sua rápida visita a Brasília, iniciada ontem à noite, Quéricia poderá conversar sobre essa questão tanto com o relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, como com o presidente do PMDB, e da Consti-

tuínte, Ulysses Guimarães. Ele poderá também buscar o apoio do senador Mário Covas, que como ele defende o presidencialismo. Ele iniciou ainda ontem pela manhã no Palácio dos Bandeirantes gestões nesse sentido junto à bancada federal paulista.

A sua pressão junto aos constituintes de São Paulo ficará por conta da aprovação do sistema presidencialista. Ele afirmou que a tendência dos demais governadores também é a mesma. Mas não sabe se na reunião prevista para a primeira semana de setembro no Rio de Janeiro será tomada alguma posição a respeito. Por ele deveria ser feito um "trabalho em defesa do presidencialismo pelos governadores". Até ontem à tarde, Quéricia ainda não sabia quando se realizaria o encontro prévio dos governadores do sul em Santa Catarina.